

Informe Anual

2023





Acesse os
Informes anuais
2023

Informe Anual

2023

Demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	516.965	365.117
Contas a receber de clientes (Nota 7)	671.855	729.154
Estoques	8.857	4.564
Tributos a recuperar (Nota 8)	2.837	43.776
Imposto de renda e contribuição social a compensar (Nota 8)	-	17.858
Cessão de crédito	1.699	594
Outras contas a receber	10.157	10.229
	1.212.370	1.171.292
Não circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 7)	29.719	27.145
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	449.010	405.614
Tributos a recuperar (Nota 8)	304.988	275.517
Depósitos judiciais (Nota 12)	63.371	62.468
	847.088	770.744
Investimentos	380	380
Intangível (Nota 13)	2.458.532	2.320.607
Direito de uso (Nota 14.1)	14.822	6.776
	2.473.734	2.327.763
Total do ativo	4.533.192	4.269.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores (Nota 15)	505.739	564.686
Obrigações por arrendamento (Nota 14.2)	916	1.853
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	141.784	241.916
Obrigações trabalhistas	8.190	8.141
Tributos a recolher (Nota 17)	57.199	51.884
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 17)	53.764	61.903
Obrigações com fundo de pensão (Nota 20)	137.304	99.382
Dividendos e JCP a pagar (Nota 19)	149.367	68.543
Demais contas a pagar	9.247	23.493
	1.063.510	1.121.801
Não circulante		
Obrigações setoriais (Nota 8.a)	298.111	270.008
Obrigações por arrendamento (Nota 14.2)	16.752	7.320
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	1.076.529	1.008.413
Obrigações com fundo de pensão (Nota 20)	198.482	216.129
Provisão para contingências (Nota 21)	490.639	493.869
	2.080.513	1.995.739
Total do passivo	3.144.023	3.117.540
Patrimônio líquido (Nota 19)		
Capital social	644.460	644.460
Reserva de capital	2.194	2.194
Reservas de lucros	875.672	634.261
Outros resultados abrangentes	(133.157)	(128.656)
Total do patrimônio líquido	1.389.169	1.152.259
Total do passivo e patrimônio líquido	4.533.192	4.269.799

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2023	2022
Receita líquida (Nota 23)	5.602.206	6.133.756
Custo do serviço (Nota 24)	(4.005.649)	(4.736.162)
Lucro bruto	1.596.557	1.397.594
Despesas com vendas (Nota 26)	(180.613)	(193.623)
Despesas administrativas e gerais (Nota 26)	(340.551)	(316.576)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 27)	(38.041)	(51.521)
Lucro operacional	1.037.352	835.874
Receitas financeiras	88.960	58.099
Despesas financeiras	(250.627)	(501.941)
Resultado financeiro, líquido (Nota 28)	(161.667)	(443.842)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	875.685	392.032
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Notas 9 e 18)	(319.548)	(231.501)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Notas 9 e 18)	40.806	113.409
Lucro líquido do exercício	596.943	273.940
Lucro líquido do exercício básico e diluído por mil ações do capital social - R\$	2,29914	1,05509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	596.943	273.940
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes:		
- Despesa atuarial de fundo de pensão, líquido de imposto	(4.501)	(23.851)
Total do resultado abrangente do exercício	592.442	250.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital incentivos fiscais
Saldos em 1º de janeiro de 2022	644.460	2.194
Lucro líquido do exercício	-	-
Despesas com fundo de pensão	-	-
Constituição de reserva de expansão aprovado em AGO (abril/2022)	-	-
Dividendos aprovados em AGO (abril/2022)	-	-
Destinação do lucro:		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 265,12 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 34,88 por lote de mil ações)	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2023)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	644.460	2.194
Lucro líquido do exercício	-	-
Despesas com fundo de pensão	-	-
Passivo fiscal diferido - NIIF16		
Dividendos aprovados em AGO (abril/2023)	-	-
Destinação do lucro:		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 294,57 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 755,08 por lote de mil ações)	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2024)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	644.460	2.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reservas de lucros						
Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total	
128.893	684	349.354	-	(104.805)	1.020.780	
-	-	-	273.940	-	273.940	
-	-	-	-	(23.851)	23.851	
-	308.636	(308.636)	-	-	-	
-	-	(40.718)	-	-	40.718	
-	-	-	(68.836)	-	68.836	
-	-	-	(9.056)	-	9.056	
-	-	196.048	(196.048)	-	-	
128.893	309.320	196.048	-	(128.656)	1.152.259	
-	-	-	596.943	-	596.943	
-	-	-	-	(4.501)	(4.501)	
-	-	-	-	271	271	
-	-	(196.048)	-	-	(196.048)	
-	-	-	(76.483)	-	(76.483)	
-	-	-	(83.272)	-	(83.272)	
-	-	437.459	(437.188)	(271)	-	
128.893	309.320	437.459	-	(133.157)	1.389.169	

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Vendas de gás e de serviços		
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	6.812.663	7.445.446
Outras receitas operacionais	9.937	13.470
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(178.184)	(182.776)
	6.644.416	7.276.140
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos do gás vendido e dos serviços prestados	(3.858.089)	(4.597.184)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(1.067.814)	(1.254.058)
	(4.925.903)	(5.851.242)
Valor adicionado bruto	1.718.513	1.424.898
Retenções		
Amortizações do intangível e diferido	(149.376)	(141.825)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.569.137	1.283.073
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	88.960	58.099
Valor adicionado total a distribuir	1.658.097	1.341.172
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	57.879	62.112
Benefícios	21.617	18.635
FGTS	4.707	4.108
	84.203	84.855
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	461.435	249.757
Estaduais	254.615	221.477
Municipais	6.748	6.025
	722.798	477.259
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	250.627	501.941
Aluguéis	3.526	3.177
	254.153	505.118
Remuneração de capitais próprios		
Juros s/ capital próprio	76.483	68.836
Dividendos propostos	83.272	9.056
Lucros retidos	437.188	196.048
	596.943	273.940
Valor adicionado distribuído	1.658.097	1.341.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	875.685	392.032
Ajustes		
Amortizações do intangível	144.991	139.973
Depreciação ativo direito de uso	4.385	1.852
Juros, IOF, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	168.654	171.653
Juros sobre arrendamento	2.456	696
Custos a amortizar no exercício	6.274	4.506
Atualização monetária sobre depósito judicial	885	722
Provisão atuarial do benefício pós-emprego	10.041	11.171
Adições (exclusões) contingências	(3.230)	262.557
Provisão para perdas de crédito esperadas	106.572	97.695
Resultado na baixa de imobilizado arrendado	(89)	(145)
	1.316.624	1.082.712
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(51.847)	(172.217)
Tributos a recuperar e diferidos	289.039	177.325
Estoques	(4.293)	(876)
Cessão de crédito	(1.105)	623
Demais contas a receber	(2.904)	(2.764)
Depósitos judiciais	(903)	22.181
Fornecedores	(58.947)	79.388
Obrigações trabalhistas	49	1
Tributos a recolher	(294.269)	(234.016)
Demais contas e despesas a pagar	(12.148)	511
Caixa proveniente das operações	1.179.296	952.868
Juros pagos de empréstimos	(203.633)	(111.665)
Juros pagos arrendamento	(1.099)	(918)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(256.300)	(257.357)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	718.264	582.928
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(282.916)	(241.099)
Venda de intangível	-	880
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(282.916)	(240.219)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização dos empréstimos - principal	(3.311)	(3.948)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(264.533)	(159.424)
Imposto de renda retido na fonte sobre JCP do exercício	(10.452)	(9.407)
Amortização de arrendamento - principal	(5.204)	(1.686)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(283.500)	(174.465)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa no exercício	151.848	168.244
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	365.117	196.873
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	516.965	365.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG (“CEG” ou “Companhia”) tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes pelo período de 30 anos contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização) finalizando, portanto, em julho de 2027, prorrogáveis a critério exclusivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro por igual período de tempo e por uma única vez.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, a Companhia possui o prazo de até 36 meses, antes do vencimento do contrato, para apresentar seu requerimento de prorrogação. A Administração da Companhia, junto aos respectivos órgãos de governança, oportunamente, irá avaliar a apresentação do requerimento de prorrogação junto as autoridades competentes.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group, cuja sede está localizada em Madri – Espanha, e está registrada na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- › Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- › Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade desses;
- › Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- › Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- › Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;

- › Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- › Manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG – GASIUS;
- › Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- › Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Nota Explicativa nº13).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 22 de fevereiro de 2024.

1.1 Alterações tributárias:

› Medida Provisória 1.163/2023

Em 1º de março de 2023 foi publicado no D.O.U. a Medida Provisória de no. 1.163 de 28 de fevereiro de 2023, que postergou o benefício de alíquota 0% (zero) do PIS/COFINS e PIS/COFINS-Importação incidentes sobre a receita ou o faturamento na venda ou sobre a importação de gás natural veicular (GNV), estabelecido pela Lei Complementar nº 194/2022 cuja vigência encerrou-se em 28 de junho de 2023.

Dessa forma, a Companhia aplicou a incidência da alíquota 0% (zero) no faturamento do volume destinado como Gás Natural Veicular – GNV para as faturas emitidas durante o referido período de vigência da lei.

› Medida Provisória 1.202/2023

Em 29 de dezembro de 2023 foi publicada a Medida Provisória nº 1.202 de 2023 que, dentre outros aspectos, altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para impor limite mensal para a compensação de créditos tributários decorrentes de decisão judicial transitada em julgado atribuindo ao Ministro de Estado da Fazenda a prerrogativa de editar o ato que fixa o limite mensal para compensação.

Em 5 de janeiro de 2024, foi editada a Portaria Normativa MF de Nº 14 que estabelece limites mensais para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado. A medida não se aplica às compensações em que o crédito é inferior a R\$ 10 milhões (dez milhões de reais). A partir desse valor, será escalonado em função do valor total do crédito atualizado até a data da primeira declaração de compensação dividido pela quantidade de meses estabelecidos para cada faixa.

A referida norma é considerada controversa uma vez que viola princípios constitucionais e carece ainda de esclarecimentos sob diversos aspectos, cabendo ainda sua conversão em lei que deverá ocorrer no prazo máximo de 120 dias.

A Administração da Companhia segue avaliando os impactos trazidos por tal normativo, todavia, considerando a vigência da referida Medida Provisória, observou tais limites mensais em sua projeção de compensação de tais tributos, assim descritos na Nota 8.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº3.

Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações financeiras anuais, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota Explicativa nº 22.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.5 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia.

2.5.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- › Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e
- › Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- › Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

- › A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.5.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas e reconhecidas na contabilidade.

2.7 Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado, em geral para fins de reposição e consumo imediato, e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. O giro do estoque é inferior a 12 meses.

2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.9 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.10 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão; e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos de software reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 13.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota Explicativa nº 13).

2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

Como resultado dessa avaliação não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade

de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Benefícios a funcionários

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários externos usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM Nº 110/22, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Resolução CVM Nº 110/22, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota Explicativa nº 20).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Resolução CVM Nº 110/22, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado por provisão durante o exercício corrente com base em estimativas.

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e por meio de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

b. Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como acessórios e classifica como "Outras receitas e despesas, líquidas" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação de desempenho não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Serviços de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Receita de prestação de serviço de distribuição

A receita decorrente do serviço de distribuição de gás (Acesso de Terceiros à Rede - ATR) é reconhecida pelo volume de gás medido pela Petrobras aplicando-se a margem da Distribuidora, considerando que a aquisição do gás é negociada de forma direta e o cliente remunera a Companhia pela movimentação do gás.

2.19 Demonstração do valor adicionado

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.20 Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações nos exercícios apresentados.

2.21 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras foram analisadas e não se espera que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. As normas analisadas pela Companhia foram:

- › **CPC 26/IAS 1** – Passivo não circulante com *covenants* e classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- › **CPC 06/IFRS 16** – Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback*;
- › **CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7** – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”);
- › **CPC 02/IAS 21** – Ausência de conversibilidade.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a. Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições

anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 120.807 (R\$ 126.062 em 31 de dezembro de 2022).

b. Provisão para perdas de crédito esperadas

A Companhia efetua um estudo de sua carteira de clientes e registra uma estimativa que representa sua expectativa de inadimplência possíveis ao longo da vida esperada a incorrer para os créditos das contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente no percentual médio de perda histórica observado pela Companhia nos últimos anos. A composição dos vencimentos e as movimentações estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

c. Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais saídas de recursos decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. A base da avaliação da incerteza encontra-se divulgada na nota explicativa nº 21.

d. Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 20.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco com de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

a. Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas à moeda estrangeira,

notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos e contratação de serviços em moeda estrangeira (Euro). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

(ii) Risco com taxa de juros

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b. Risco de crédito

As regras relativas às vendas da Companhia consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido a pulverização da base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota explicativa nº 7. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

c. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está inferior ao ativo circulante no montante de R\$ 148.860 em 31 de dezembro de 2023 (inferior em R\$ 49.491 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração, a partir do cenário provável de acordo com Relatório Focus), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa média mensal do CDI em 31/12/2023 - %	11,88	11,88	11,88
Dívida líquida – bancos	701.348	701.348	701.348
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2023 - %	11,75	14,69	17,63
Despesa financeira	(912)	19.708	40.328
IR e CS	310	(6.701)	(13.711)
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	(602)	13.007	26.617

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim sumariado:

	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	1.218.313	1.250.329
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(516.965)	(365.117)
Dívida líquida	701.348	885.212
Total do patrimônio líquido	1.389.169	1.152.259
Total do capital próprio e de terceiros	2.090.517	2.037.471
Índice de alavancagem financeira - %	34%	43%

4.3 Instrumentos financeiros

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

b. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes quando existentes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração aprova e supervisiona as políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

5. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- ▶ **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- ▶ **Nível 2** – Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- ▶ **Nível 3** – Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	516.965	365.117
Contas a receber de clientes	701.574	756.299
Outras contas a receber	10.157	10.229
Cessão de crédito	1.699	594
	1.230.395	1.132.239
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	1.218.313	1.250.329
Dividendos e juros sobre o capital próprio	149.367	68.543
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	514.986	588.179
	1.882.666	1.907.051

Os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	1.218.313	1.218.313	1.250.329	1.250.329
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	149.367	149.367	68.543	68.543
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	514.986	514.986	588.179	588.179
Total de captações	1.882.666	1.882.666	1.907.051	1.907.051
Total custo de captações	(3.311)	-	(3.948)	-
Total de captações líquido	1.879.355	-	1.903.103	-

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	76.515	84.717
Aplicações financeiras (CDBs)	440.450	280.400
	516.965	365.117

O saldo em bancos que está disponível rende juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos bancários a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

As aplicações financeiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa e podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor.

As aplicações financeiras realizadas no Banco Santander referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 102,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (102,7% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

7. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de serviços como demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	1.029.442	963.319
Do setor público	15.158	16.819
	1.044.600	980.138
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	116.482	120.938
Do setor público	4.325	5.124
	120.807	126.062
Vendas de serviços	115	7.475
Provisão para perdas de crédito esperadas	(463.948)	(357.376)
	701.574	756.299
Circulante	671.855	729.154
Não circulante (a)	29.719	27.145
	701.574	756.299

(a) Refere-se a parcelamento de clientes acima de 12 meses.

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
Faturado	515.307	547.247
Não faturado	120.807	126.062
Vencidas		
Até três meses	102.028	105.162
De três a seis meses	73.420	96.430
Acima de seis meses	353.960	238.774
	1.165.522	1.113.675

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o período corrente.

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, utilizando-se de uma matriz de provisão:

Dias de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
	Taxa de atraso (%)	Taxa de atraso (%)
A vencer	1,99%	2,20%
1 a 30 dias	16,67%	12,44%
31 a 60 dias	44,80%	42,22%
61 a 90 dias	58,99%	33,06%
91 a 120 dias	64,03%	73,78%
121 a 180 dias	70,75%	80,57%
181 a 360 dias	81,37%	86,43%
Mais de 360 dias	83,25%	77,53%

Com o fim das restrições temporárias impostas pela Lei Estadual 8.769/20, a Companhia voltou a considerar a suspensão, após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, dos serviços fornecidos aos clientes residenciais e comerciais. Para os clientes industriais e postos de GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas segue demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Em 1º de janeiro	357.376	259.681
Provisão para perdas de crédito esperadas	185.237	299.749
Recuperação de perdas das contas a receber	(78.665)	(202.054)
Saldo final na respectiva data	463.948	357.376

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das informações contábeis intermediárias é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.

8. Tributos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS (a)	298.065	305.966
ICMS a recuperar (b)	9.760	7.938
Contribuição social (c)	-	17.858
Imposto de Renda Retido na Fonte (d)	-	5.389
	307.825	337.151
Circulante	2.837	61.634
Não circulante	304.988	275.517
	307.825	337.151

(a) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui em seu ativo não circulante, o montante de R\$ 298.111 (R\$ 224.556 principal e R\$ 73.555 de atualização monetária) relativos a créditos de PIS e COFINS cuja apuração se deu sem a exclusão do ICMS de sua base, no período compreendido entre a decisão de março de 2017 até a efetiva alteração da metodologia de cálculo realizada em fevereiro de 2022, o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC. A Companhia compensará o valor total reconhecido no prazo mínimo de 30 meses, considerando o mencionado na Medida Provisória 1.202 de 29 de dezembro de 2023, a partir da habilitação do crédito por parte da Receita Federal via processo administrativo, cuja expectativa da administração é que ocorra em prazo superior a 12 meses.

Em contrapartida dos créditos acima comentados a Companhia reconheceu uma obrigação no passivo não circulante pelo valor integral do ativo por haver uma obrigação recíproca e equivalente da concessionária em restituir tais valores aos usuários e cuja forma dependerá ainda das decisões e respectivas aprovações por parte da Agência Reguladora bem como do período, sendo possível via reajuste tarifário, conforme proposto para o mercado de energia elétrica.

A administração da Companhia encontra-se em fase de avaliação quanto a melhor forma de se beneficiar também de eventuais créditos em relação aos valores relativos aos períodos anteriores a março de 2017, os quais não foram quantificados e tampouco registrados, considerando não haver decisão no âmbito da ação rescisória que visa revogar os efeitos do trânsito em julgado da ação proposta pela Companhia julgada improcedente.

Há ainda um valor de ajuste de R\$ 46 correspondente a PIS e Cofins retido na fonte.

(b) Refere-se, predominantemente, a saldo credor de ICMS a recuperar decorrente de maior volume de créditos de notas fiscais da Petrobras no mês de dezembro no montante de R\$ 3.090 (R\$ 2.400 em 31 de dezembro de 2022).

(c) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social em 2022. Para o ano de 2023 houve a mudança na forma de apuração para o lucro real trimestral, portanto, sem o pagamento mensal em bases estimadas.

(d) Refere-se à retenção na fonte sobre pagamentos e sobre resgates de aplicações financeiras. Redução devido a utilização trimestral dos créditos em razão da mudança na forma de tributação para o lucro real trimestral.

9. Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a. Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações de fundo de pensão	136.085	128.032
Provisão para perdas de crédito esperadas	129.352	94.163
Provisão para contingências	166.816	167.915
AVP financeiro	976	1.679
Operações com arrendamento mercantil	1.255	815
Juros e variação monetária Gasius	(3.343)	(3.300)
Provisão de fornecedores	16.990	15.422
Outras	879	888
Ativo não circulante	449.010	405.614

b. Movimentação

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	IR e CS diferidos								Total
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão perdas esperadas	Provisão para contingências	AVP contrato de concessão	Operações com arrendamento mercantil	Juros e variação monetária Gasius	Fornecedores	Outras provisões	
Ativo em 31 de dezembro de 2022	128.032	94.163	167.915	1.679	815	(3.300)	15.422	888	405.614
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	5.733	35.189	(1.099)	(703)	124	(43)	1.568	(9)	40.760
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	2.320	-	-	-	316	-	-	-	2.636
Ativo em 31 de dezembro de 2023	136.085	129.352	166.816	976	1.255	(3.343)	16.990	879	449.010

	IR e CS diferidos								Total
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão perdas esperadas	Provisão para contingências	AVP contrato de concessão	Operações com arrendamento mercantil	Juros e variação monetária Gasius	Fornecedores	Outras provisões	
Em 31 de dezembro de 2021	111.933	79.219	78.646	(1.179)	883	(4.090)	13.618	888	279.918
Adições (baixas) na demonstração do resultado	3.812	14.944	89.269	2.858	(68)	790	1.804	-	113.409
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	12.287	-	-	-	-	-	-	-	12.287
Em 31 de dezembro de 2022	128.032	94.163	167.915	1.679	815	(3.300)	15.422	888	405.614

c. Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que eles serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	28.163	24.720
2025	69.264	71.875
2026	58.474	57.957
2027	66.272	65.685
2028 em diante	226.837	185.377
	449.010	405.614

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Naturgy Distribución Latinoamérica S/A (54,16% do capital votante), que, por sua vez é controlada pela Naturgy Energy Group S/A (99,99% do capital votante). As demais ações estão distribuídas em mercado.

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 são demonstrados como segue:

	Ativo circulante		Passivo Circulante		Receitas		Despesas	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
A receber/pagar								
Controladora indireta:								
Naturgy Energy Group S.A. (a)	-	22		527	-	28	-	26
Controle Comum:								
Gás Fenosa Engineering (b)	-	-	-	-	35	35	-	-
Gás Natural Informática (c)	-	-	699	4.543	-	302	8.655	8.147
NATURGY IT S.L. (d)	-	-	301	659	-	230	6.587	5.827
CEG Rio S.A. (e)	485	2.231	-	-	23.777	22.676	-	-
LEAN CORPORATE SERVICES S.L. (f)	-	-	-	-	-	19	984	1.108
LEAN CUSTOMER SERVICES SL (g)	-	-	-	-	-	35	1.249	1.040
LEAN GRIDS SERVICES S.L. (h)	-	-	-	-	-	1	-	85
Gás Natural São Paulo Sul S.A. (i)	224	40	-	-	534	508	-	-
Gás Natural Serviços S.A. (j)	11	525	-	-	805	813	-	-
Gás Natural do Brasil S.A. (k)	3	3	-	-	37	36	-	-
	723	2.821	1.000	5.729	25.188	24.683	17.475	16.233
JCP e Dividendos								
Naturgy DL S.A (l)	-	-	80.321	36.599	-	-	-	-
Pluspetrol Energy (l)	-	-	3.347	1.525	-	-	-	-
Dinâmica energia (l)	-	-	14.147	6.898	-	-	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (l)	-	-	51.245	23.350	-	-	-	-
Outras partes relacionadas (l)	-	-	307	171	-	-	-	-
	-	-	149.367	68.543	-	-	-	-
	723	2.821	150.367	74.272	25.188	24.683	17.475	16.233

Os saldos referem-se substancialmente de:

(a) Saldo de ressarcimento de salários para funcionários expatriados em atividade no Brasil e funcionários Brasil em atividade no exterior e serviços de apoio em termos diversos como Código Ético, entre outros.

(b) Prestação de serviços de cooperação técnica abrangendo finanças e administração, controladoria, contabilidade, consolidação, impostos, serviços financeiros, auditoria interna, planificação de ingressos, relações laborais, comunicações, compras e serviços gerais, controle de projetos e processos, informação e sistema, desenvolvimento

de operações e análises de procedimentos de qualidade, desenvolvimento de procedimentos de treinamento e atualização em normas e cessão de uso de espaço.

(c) Prestação de serviços abrangendo os serviços de comunicações, gestão de licenças corporativas e outros, esse contrato não possui atualização monetária. Contrato foi assinado com vigência até 31 de dezembro de 2023.

(d) Prestação de serviços abrangendo os serviços de Infraestrutura, serviço de processamento e rede de segurança e atendimento/suporte ao usuário; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).

(e) Prestação de serviços de assessoria corporativa (abrangendo os âmbitos comerciais, técnicos, planejamento, RH, jurídico, administrativo econômico-financeiro, *marketing*, relações externas, compras e serviços gerais), sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pela variação do IPCA; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo INPC; e cessão de capacidade; esse contrato terá vigência até o fim da concessão sendo prorrogado automaticamente na hipótese de renovação da concessão e reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

(f) Prestação de serviços abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades do centro de serviços compartilhados econômico-financeiro, compras e processos administrativos da área de pessoas; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).

(g) Prestação de serviços de informática abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades de leitura, faturamento e cobrança e atendimento a clientes; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).

(h) Prestação de serviços de informática abrangendo serviços de sustentação dos sistemas de negócios e suporte a processos; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).

(i) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos de gestão de RH, comercial, planejamento estratégico, procedimentos de qualidade, treinamento, atualização e cooperação técnico administrativa. O contrato estará em vigor até 29/06/2023 sendo atualizado anualmente pelo IPCA.

(j) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos técnico administrativo para o desenvolvimento do escopo de serviços da GNS, sendo esse contrato assinado com cláusula de renovação automática e reajustado anualmente pelo IPCA; cessão de direito de créditos decorrentes do plano de assistência, sendo esse contrato assinado com prazo indeterminado e seu valor calculado através de percentual sobre o valor cedido; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPCA.

(k) Contrato de locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IGP-M.

(l) Refere-se ao pagamento de dividendos sob a forma de juros sobre o capital próprio conforme Nota 18.2 (d).

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros de mora e são liquidados em dinheiro, estando, contudo, o inadimplemento contratual sujeito a penalidades. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Adicionalmente, a Companhia informa que os contratos celebrados com partes relacionadas foram objetos de estudos e análises por consultor externo, demonstrando que os preços e condições não geram desequilíbrio econômico-financeiro para qualquer das Partes contratantes.

11. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do Comitê de Auditoria. A remuneração paga ou a pagar, incluindo os encargos legais, está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Honorários de membros dos conselhos	3.296	3.516
Honorários de diretoria estatutária	7.242	5.781
Planos de aposentadoria e pensão	167	144
Outros benefícios	847	736
	11.552	10.177

12. Depósitos judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS	5.022	4.655
Imposto de renda	9.499	9.017
Processo administrativo - SRF (a)	7.338	6.851
CIDE (b)	13.705	12.959
Penhora judicial (c)	10.992	9.664
Trabalhistas (d)	3.907	6.848
Ação cível (e)	12.908	12.474
	63.371	62.468

a) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandado de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.

b) Refere-se à Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota Explicativa nº 20.a.i).

c) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 1.822) e cíveis (R\$ 9.170).

d) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido à quantidade de processos não há o que destacar, já que os valores estão pulverizados.

e) Refere-se a depósitos judiciais para recurso de processos cíveis basicamente movidos por reclamações de consumidores que não apresentam individualmente relevância.

Todos os depósitos judiciais são atualizados mensalmente.

13. Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em operação	Contrato de concessão em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	60.141	8	37.001	2.093.074	2.190.224	30.137	2.220.361
Aquisição	-	-	33.933	50.037	83.970	157.129	241.099
Baixa líquida	-	-	-	(880)	(880)	-	(880)
Transferência para intangível em operação	-	-	-	106.799	106.799	(106.799)	-
Amortização	(11.276)	(5)	(17.326)	(111.366)	(139.973)	-	(139.973)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	48.865	3	53.608	2.137.664	2.240.140	80.467	2.320.607
Custo total	136.735	3.628	237.470	3.723.559	4.101.392	80.467	4.181.859
Amortização acumulada	(87.870)	(3.625)	(183.862)	(1.585.895)	(1.861.252)	-	(1.861.252)
Valor residual	48.865	3	53.608	2.137.664	2.240.140	80.467	2.320.607
Taxas anuais de amortização (%)	8,3	5,6 e 7	20				

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em operação	Contrato de concessão em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	48.865	3	53.608	2.137.664	2.240.140	80.467	2.320.607
Aquisição	-	-	40.851	54.785	95.636	187.280	282.916
Transferência para intangível em operação	-	-	-	127.425	127.425	(127.425)	-
Amortização	(11.276)	(2)	(18.050)	(115.663)	(144.991)	-	(144.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	37.589	1	76.409	2.204.211	2.318.210	140.322	2.458.532
Custo total	136.735	3.628	278.321	3.905.769	4.324.453	140.322	4.464.775
Amortização acumulada	(99.146)	(3.627)	(201.912)	(1.701.558)	(2.006.243)	-	(2.006.243)
Valor residual	37.589	1	76.409	2.204.211	2.318.210	140.322	2.458.532
Taxas anuais de amortização (%)	8	5,6,7	20				

(a) Contrato para exploração de serviços públicos referente ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, em que a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL.

(b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.890	22.614	1.154	59.764	2.558	3.438	66	1.994.451	7.139	2.093.074
Aquisição	-	-	-	44.079	1.732	317	259	605	3.045	50.037
Baixa líquida	-	-	-	-	-	-	-	(880)	-	(880)
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-	-	-	-	106.799	-	106.799
Amortização	-	(1.348)	(82)	(26.451)	(1.157)	(976)	(100)	(77.561)	(3.691)	(111.366)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.890	21.266	1.072	77.392	3.133	2.779	225	2.023.414	6.493	2.137.664
Custo total	1.890	55.091	11.569	308.848	38.403	20.458	20.696	3.237.815	28.789	3.723.559
Amortização acumulada	-	(33.825)	(10.497)	(231.456)	(35.270)	(17.679)	(20.471)	(1.214.401)	(22.296)	(1.585.895)
Valor contábil atual	1.890	21.266	1.072	77.392	3.133	2.779	225	2.023.414	6.493	2.137.664
Taxas anuais de amortização (%)	-	4	4	5 e 10	20	10	20	3	33	

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.890	21.266	1.072	77.392	3.133	2.779	225	2.023.414	6.493	2.137.664
Aquisição	-	-	-	52.250	-	390	-	638	1.507	54.785
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-	-	-	-	127.425	-	127.425
Amortização	-	(1.348)	(82)	(28.537)	(1.095)	(968)	(104)	(79.747)	(3.782)	(115.663)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.890	19.918	990	101.105	2.038	2.201	121	2.071.730	4.218	2.204.211
Custo total	1.890	55.091	11.569	361.098	38.403	20.848	20.696	3.365.878	30.296	3.905.769
Amortização acumulada	-	(35.173)	(10.579)	(259.993)	(36.365)	(18.647)	(20.575)	(1.294.148)	(26.078)	(1.701.558)
Valor contábil atual	1.890	19.918	990	101.105	2.038	2.201	121	2.071.730	4.218	2.204.211
Taxas anuais de amortização (%)	-	4	4	5 e 10	20	10	20	3	33	

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 9.878 (R\$ 3.669 em 31 de dezembro de 2022) à taxa média de 14,97% (14,52% em 31 de dezembro de 2022).

14. Obrigações por arrendamento

A Companhia possui arrendamento com itens de terrenos, edificações e veículos. O prazo de arrendamento de terrenos é de cinco anos, edificações varia entre um (superior a um e inferior a dois) e oito anos enquanto veículos é superior a um ano e inferior a dois anos. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
Superior a 1 ano até 8 anos	8,45 a 11,45

Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos, edificações e veículos. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos de arrendamento. A Companhia aplicou as isenções de reconhecimento previstas no CPC 06 (R2) para os contratos com prazo de doze meses ou menos e/ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo (até R\$ 32 equivalente a 5 mil Euros).

Os saldos de arrendamento, em 31 de dezembro de 2023, são de R\$ 14.822 (R\$ 6.776 em 31 de dezembro de 2022) no ativo e R\$ 17.668 (R\$ 9.173 em 31 de dezembro de 2022) no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2).

14.1 Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo inicial 31/12/2022	Adição	Amortizações	Saldo final 31/12/2023	Prazo médio contratual (anos)
Terrenos	15	-	(11)	4	5,42
Edificações	6.336	11.061	(2.851)	14.546	3,12
Veículos	425	1.370	(1.523)	272	1,00
Total - ativo de direito de uso	6.776	12.431	(4.385)	14.822	

Ativo de direito de uso	Saldo inicial 1º/1/2022	Baixa	Amortizações	Saldo final 31/12/2022	Prazo médio contratual (anos)
Terrenos	24	-	(9)	15	5,42
Edificações	7.721	-	(1.385)	6.336	3,12
Veículos	-	883	(458)	425	1,00
Total - ativo de direito de uso	7.745	883	(1.852)	6.776	

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação do contrato da sede administrativa, conforme períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente.

	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxos de caixa (31 de dezembro de 2023)		
Contraprestação do arrendamento	17.719	15.242
PIS/COFINS potencial	1.639	1.410

	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxos de caixa (31 de dezembro de 2022)		
Contraprestação do arrendamento	8.085	6.684
PIS/COFINS potencial	748	618

14.2 Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 31/12/2022	Encargos financeiros	Adição (*)	Baixa	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2023
Terrenos	19	2	-	-	(14)	(1)	6
Edificações	8.720	2.306	11.061	-	(3.620)	(1.046)	17.421
Veículos	434	148	1.370	(89)	(1.570)	(52)	241
Total - passivo de arrendamento	9.173	2.456	12.431	(89)	(5.204)	(1.099)	17.668

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 1º/1/2022	Encargos financeiros	Adição	Baixa	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2022
Terrenos	30	3	-	-	(11)	(3)	19
Edificações	10.168	658	-	-	(1.209)	(897)	8.720
Veículos	145	35	883	(145)	(466)	(18)	434
Total - passivo de arrendamento	10.343	696	883	(145)	(1.686)	(918)	9.173

(*) Adição referente ao reajuste do contrato da sede corporativa na Barra da Tijuca e contrato de aluguel de veículos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

31 de dezembro de 2023	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos	Fixa	11,45	6	-	6
Edificações (*)	Fixa	8,45 a 11,45	670	16.752	17.422
Veículos	Fixa	10,75	240	-	240
Total - obrigação por arrendamento			916	16.752	17.668

31 de dezembro de 2022	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos	Fixa	11,45	13	6	19
Edificações (*)	Fixa	8,45 a 11,45	1.406	7.314	8.720
Veículos	Fixa	10,75	434	-	434
Total - obrigação por arrendamento			1.853	7.320	9.173

(*) As taxas são definidas de acordo com o prazo de cada contrato.

Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento no passivo circulante e não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Até dezembro de 2024	Janeiro de 2025 a dezembro de 2027	Valores nominais	Valor presente
Terrenos	6	-	6	6
Edificações	5.048	14.607	19.656	17.422
Veículos	240	-	240	240
Total	5.294	14.607	19.902	17.668

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2023, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,45% (imóveis), 8,45% a 11,45% (edificações) e 10,75% (veículos).

Em 31 de dezembro de 2023, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$ 4.385 (R\$ 2.315 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 1.099 (R\$ 918 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor e/ou cujo prazo é de 12 meses ou menos foram reconhecidos como despesa de aluguel no resultado do exercício. O montante total reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 9.011 (R\$ 5.947 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

15. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
De gás (a)	385.472	438.512
De serviços	113.170	105.869
De materiais e outros	7.097	20.305
	505.739	564.686

(a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o contrato celebrado entre as partes em 30 de outubro de 2023 com vigência até 31 de dezembro de 2034.

16. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos		
Linhas de crédito	1.218.313	1.250.329
	1.218.313	1.250.329
Total do passivo		
Circulante	141.784	241.916
Não circulante	1.076.529	1.008.413
	1.218.313	1.250.329

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para garantir a estrutura de capital necessária para a consecução do objeto social da Companhia. Os referidos empréstimos não apresentam cláusulas restritivas e garantias.

A composição dos empréstimos em moeda nacional pode ser assim demonstrada:

	Indexadores	Vencimento		31/12/2023		31/12/2022	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,90%	23/11/2026	(a)	296	29.625	2.955	29.855
	CDI+1,90%	23/11/2026	(a)	494	49.775	6.730	50.104
	CDI+1,90%	23/11/2026	(a)	772	49.625	6.411	50.099
Banco de Tokyo	CDI+1,64%	18/05/2026	(a)	14.029	151.040	158.530	-
	CDI+1,45%	11/04/2025	(a)	10.722	100.149	10.967	100.657
Banco Santander S.A.	CDI+1,89%	20/10/2026	(a)	-	35.226	3.106	34.821
	CDI+1,90%	20/10/2026	(a)	-	23.857	2.389	23.579
	CDI+0,95%	10/10/2025	(a)	1.335	59.952	1.801	59.891
Banco Citibank	CDI+1,75%	16/05/2024	(a)	50.538	-	1.420	50.088
Banco do Brasil	CDI+1,71%	07/04/2026	(a)	5.413	160.951	6.061	161.687
	CDI+1,71%	07/04/2026	(a)	3.433	100.657	3.838	101.170
ING Mizuho	CDI+1,60%	20/05/2024	(a)	32.673	-	2.838	30.043
Banco Intesa San Paolo	CDI+1,75%	04/04/2025	(a)	3.839	39.891	3.954	39.493
	CDI+1,90%	07/12/2026	(a)	142	30.000	3.255	29.901
Banco Itaú	CDI+1,78%	07/04/2025	(a)	5.021	44.874	4.583	44.724
	CDI+1,78%	07/04/2025	(a)	12.148	106.253	12.069	107.148
	CDI+1,90%	21/11/2025	(a)	440	44.836	5.732	45.338
	CDI+1,90%	21/11/2025	(a)	489	49.818	5.277	49.815
				141.784	1.076.529	241.916	1.008.413

(a) Os empréstimos renegociados não tiveram modificações substanciais em seus termos que resultasse no desconhecimento da dívida. Dessa forma, a Companhia recalculou o custo amortizado dos empréstimos considerando o valor presente dos fluxos de caixa contratuais futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do empréstimo, reconhecendo o montante de R\$ 3.311 (R\$ 3.948 em 31 de dezembro de 2022) referente ao ganho decorrente da modificação dos termos da dívida.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	394.299
2025	444.377	351.257
2026	632.152	262.857
1.076.529		1.008.413

Mapa de movimentação dos empréstimos

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.250.329	1.189.783
Juros provisionados	168.654	171.653
Juros pagos	(203.633)	(111.665)
Custos a amortizar	6.274	4.506
Custos amortizados no exercício	(3.311)	(3.948)
Saldo final	1.218.313	1.250.329

17. Tributos a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS	37.173	35.127
IRPJ a pagar	53.764	61.903
COFINS	8.141	4.667
PIS	1.102	995
CS/PIS/COFINS terceiros	2.109	2.577
INSS terceiros	1.686	1.717
ISS terceiros	1.184	1.251
Outros	5.804	5.550
	110.963	113.787

18. Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos exercícios abaixo estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	875.685	875.685	392.032	392.032
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(218.921)	(78.812)	(98.008)	(35.283)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Juros sobre o capital próprio	19.121	6.883	17.209	6.195
Adições permanentes	(5.552)	(1.998)	(6.924)	(2.288)
Incentivos fiscais	532	4	1.007	-
Imposto de renda e contribuição social de acordo no resultado do exercício	(204.820)	(73.923)	(86.716)	(31.376)
Imposto corrente	(234.824)	(84.724)	(170.106)	(61.395)
Imposto diferido	30.004	10.801	83.390	30.019
	(204.820)	(73.923)	(86.716)	(31.376)
Alíquota efetiva	23%	8%	22%	8%

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social de R\$644.460 está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital (%)
Residentes no exterior:	
Naturgy Distribución Latinoamérica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anónima	2,26%
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,84%
Outros (e ações em tesouraria)	0,18%
	100,00%

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

19.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

a. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b. Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores da Companhia.

Em AGO, realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovada a constituição de R\$ 308.636 a título do reserva de expansão.

c. Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido.

Em AGO, realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos, no montante de R\$205.105, sendo R\$9.057 referentes ao mínimo obrigatório e R\$196.048 complementar, a serem pagos em 2 parcelas, uma no valor de R\$ 72.838 em 27 de julho de 2023 e a segunda no valor de R\$ 132.267 em 15 de dezembro de 2023.

Em AGE, realizada em 15 de dezembro de 2023, foi aprovada a proposta de pagamento de dividendos na forma juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 76.483 a serem pagos em 25 de julho de 2024, que líquido de impostos representa R\$ 66.031.

O dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 83.272 foi registrado de forma a atender a distribuição mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei, conforme disposto no Estatuto da Companhia.

Há ainda no passivo dividendos residuais de exercícios anteriores no montante de R\$ 64 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 58 em 31 de dezembro de 2022).

Os valores aprovados e pagos em 2023 estão demonstrados abaixo:

Distribuição de resultado de 2022	
Juros sobre o capital próprio	68.836
Dividendos mínimo obrigatório	9.056
Dividendos aprovados em AGE (abril/23)	196.048
Total distribuído – Ano base 2022	273.940

Conforme definido no Estatuto Social, a Companhia distribui aos acionistas dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos foram calculados como segue:

	2023	2022
Lucro líquido	596.943	273.940
Ganho NIIF 16	271	-
Base de cálculo dos dividendos	597.214	273.940
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	149.303	68.485
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio (bruto)	76.483	68.836
IRRF sobre o JCP	(10.452)	(9.407)
Dividendos a pagar	83.272	9.056
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25%	25%

d. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é computado conforme preconizado pelo CPC 41 - Resultado por Ação, sendo o lucro líquido dividido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Numerador		
Lucro líquido	596.943	273.940
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	259.638	259.638
Lucro por ação básico e diluído por ações ordinárias	2,29914	1,05508

Nos exercícios observados não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento dilutivo.

20. Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gásius, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
Nº participantes Gásius		
Ativos	9	13
Assistidos	950	960
	959	973

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

(iv) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Essa contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

(v) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 ex-empregados que no ano de 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A esses ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores desses benefícios atualizados com a mesma periodicidade e, no mesmo percentual base, concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

	2023	2022
Nº participantes		
Assistidos	6	8

(vi) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Esse prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à Empresa,

sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

	2023	2022
Nº participantes		
Assistidos	2	3

(vii) Plano de saúde para aposentados

Os planos de assistência médica oferecidos pela Companhia são estruturados na modalidade de pré-pagamento, ou seja, a Operadora de plano de saúde cobra um prêmio mensal *per capita* para cobertura dos serviços de assistência à saúde.

Os planos de saúde são concedidos a um grupo fechado de aposentados (e seus dependentes legais) inscritos no plano até 17 de junho de 1998, anteriormente ao processo de privatização da CEG. Para os empregados admitidos até aquela data e que vierem a se desligar por motivos de aposentadoria, é oferecida a manutenção no plano pelo período de sete anos e meio, a contar da data de afastamento definitiva, sendo extensivo a seus dependentes legais.

O plano de saúde passou a ser não contributivo para empregados admitidos a partir de fevereiro de 2011, para empregados que contribuíram até essa data foi dada a opção de realizar a migração mediante assinatura de Termo de Adesão. Os titulares inscritos no plano efetuam contribuições ao plano a título de coparticipação nos eventos de pequeno risco.

	2023	2022
Nº participantes		
Ativos	129	148
Assistidos	895	687
	1.024	835

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG totalizaram:

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de pensão (Gásius)	3.284	2.365
Assistência médica	13.578	12.371
Plano de aposentadoria do ano 1990	592	626
	17.454	15.362

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	3.478	4.385
Prêmio aposentadoria	127	86
Assistência médica para aposentados	332.181	311.040
	335.786	315.511
Circulante	137.304	99.382
Não circulante	198.482	216.129
	335.786	315.511

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Resolução CVM nº 110/2022 pode ser assim demonstrada:

Obrigações com benefícios definidos em 1º de janeiro de 2022	268.203
Custos dos juros	25.964
Custo do serviço corrente	607
Benefícios pagos	(15.362)
Remensurações das premissas atuariais	36.099
Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2022	315.511
Custos dos juros	30.159
Custo do serviço corrente	749
Benefícios pagos	(18.513)
Remensurações das premissas atuariais	7.880
Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2023	335.786

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios GASIU5	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados
Em 1º de janeiro de 2022	-	4.704	290	263.209
Custo do serviço corrente	(27)	-	4	591
Juros sobre obrigações atuariais	35.570	392	19	23.201
Juros/(rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(39.645)	-	-	-
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativos)/passivo oneroso	3.962	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas Atuariais	2.505	(85)	(227)	36.409
Benefícios pagos	(2.365)	(626)	-	(12.371)
Em 31 de dezembro de 2022	-	4.385	86	311.039
Custo do serviço corrente	3	-	-	748
Juros sobre obrigações atuariais	38.008	397	7	29.883
Juros/ (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(44.668)	-	-	-
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativos)/passivo oneroso	6.531	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas Atuariais	3.409	(711)	34	4.088
Benefícios pagos	(3.283)	(593)	-	(13.577)
Em 31 de dezembro de 2023	-	3.478	127	332.181

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de benefícios GASIU
Em 1º de janeiro de 2022	454.817
Rendimento esperado	39.645
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	16.569
Contribuições da patrocinadora	2.397
Contribuições dos participantes	97
Benefícios pagos	(43.226)
Em 31 de dezembro de 2022	470.299
Rendimento esperado	44.668
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(4.044)
Contribuições da patrocinadora	134
Contribuições dos participantes	3.321
Benefícios pagos	(42.653)
Em 31 de dezembro de 2023	471.725

A composição dos ativos do plano de pensão Gasius é a seguinte:

	2023	2022
Renda fixa		
Títulos públicos federais	324.984	272.847
Fundos de investimento de renda fixa	55.957	43.955
	380.941	316.802
Títulos de renda variável	65.623	71.424
Investimento imobiliário	26.937	28.606
Outros ativos	25.853	57.921
	118.413	157.951
	499.354	474.753

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2023	2022
Plano de benefícios - GASIU		
Valor presente das obrigações atuariais	405.369	404.256
Valor justo dos ativos do plano	(471.725)	(470.299)
Superavit	(66.356)	(66.043)
Limite assunção de dívida (*)	66.356	66.043
Passivo líquido	-	-

(*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão ("assunção de dívida") presente-mente reconhecida.

	2023	2022
Benefício especial de aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	3.478	4.385
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	127	86
Assistência médica a aposentados		
Valor presente das obrigações atuariais	332.181	311.039

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	3	-	-	748	751
Juros sobre obrigações atuariais	(129)	397	7	29.883	30.158
Benefícios pagos	(3.283)	(593)	-	(13.577)	(17.453)
	(3.409)	(196)	7	17.054	13.456
Resultado abrangente	3.409	(711)	34	4.088	6.820
Imposto de Renda e contribuição social					(2.319)
Resultado abrangente líquido de impostos					4.501

As principais premissas atuarias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2023, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	
Taxa de desconto	5,38% a.a.
Crescimentos salariais futuros	1,00% a.a.
Inflação	4,50% a.a.
Fator de capacidade	
Salários	98%
Benefícios	98%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT-2000 segregada por sexo e suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

21. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	39.531	38.753
Cíveis	36.080	54.667
Regulatória	137	1.576
Tributárias	414.891	398.873
	490.639	493.869

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	31/12/2023
Trabalhistas	38.753	7.701	(6.923)	39.531
Cíveis	54.667	28.743	(47.330)	36.080
Regulatória	1.576	63	(1.502)	137
Tributárias	398.873	18.229	(2.211)	414.891
	493.869	54.736	(57.966)	490.639

	31/12/2021	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	31/12/2022
Trabalhistas	36.664	7.231	(5.142)	38.753
Cíveis	50.025	17.497	(12.855)	54.667
Regulatória	1.690	2	(116)	1.576
Tributárias	142.933	266.960	(11.020)	398.873
	231.312	291.690	(29.133)	493.869

A Companhia possui R\$ 63.371 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 62.468 em 31 de dezembro de 2022) referente a valores depositados em juízo, por ordem judicial. Esses depósitos são atualizados monetariamente (Nota Explicativa nº 11).

Alguns desses depósitos não possuem provisão devido a seus autos não terem a classificação de perda provável conforme avaliação da Administração e seus consultores.

a. Contingências tributárias

A composição da provisão para contingências tributárias é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Esfera		
Federal	413.157	397.522
Estadual	1.460	1.341
Municipal	274	10
	414.891	398.873

(i) Contingências tributárias com perdas prováveis

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

Ação Ordinária (2001.51.01.017353/0017353-50.2001-4.02-51101)

Questionamento sobre a incidência da CIDE. De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª Instância tem sido desfavorável, dessa forma, estimamos como provável a expectativa de perda desse processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 13.705 (R\$12.959 em 31 de dezembro de 2022) e está suportado por depósitos judiciais.

Ação Ordinária (2007.51.01.025299-3)

Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.459. Por tal motivo, a Companhia ingressou com ação anulatória de n.º 0025299-63.2007.4.02.5101, no TRF 2, visando desconstituir a decisão da União Federal que anulou o parecer decisório que permitia a compensação dos montantes de PIS e COFINS. O valor atualizado da causa, incluindo multas, atualização monetária (Selic) e compensação em duplicidade é de R\$ 509.078, em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 487.258 em 2022). A sentença de 1ª instância condenou a Companhia a devolver o montante principal atualizado, excluindo a incidência de juros e a compensação em duplicidade, sentença esta que foi objeto de recursos de apelação tanto por parte da CEG quanto por parte da União Federal. As referidas apelações foram pautadas para julgamento em outubro de 2022 pelo TRF2, o que ocorreu parcialmente em função de pedido de vistas de uma desembargadora, contudo, o desembargador relator proferiu seu voto mantendo a sentença de 1ª instância e expressamente inserindo em seu voto a atualização monetária. As apelações foram reincluídas na sessão de julgamento ocorrida no dia 06.12.2023, tendo a 4ª Turma Especializada, por unanimidade, negado provimento a ambos os recursos (interpostos pela CEG e pela União Federal), sendo mantida na íntegra a sentença de parcial procedência proferida em 1ª instância. A Companhia está avaliando junto ao escritório externo responsável pela causa, a interposição de novo recurso em face do acórdão prolatado. Considerando o andamento processual e contexto atuais, a classificação de risco de perda da causa permanece como provável, cujo saldo da provisão em 31 de dezembro de 2023 perfaz o montante de R\$ 394.682, sendo R\$ 104.821 de principal e R\$ 289.861 de encargos e atualização monetária (R\$ 376.709, sendo R\$ 104.773 de principal e R\$ 271.936 de encargos, em 31 de dezembro de 2022).

Ação Anulatória (5031634-22.2021.4.02.5101)

Em outubro de 2013, a Companhia iniciou processo referente a homologação parcial, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos de COFINS cujo valor total atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 27.456 (R\$ 26.108 em 31 de dezembro de 2022). Em setembro de 2023, em função da conclusão do trabalho de perícia judicial realizado, os advogados da Companhia reavaliaram o prognóstico e estimam que parte do processo no valor de R\$ 2.004 (R\$ 5.073 em dezembro de 2022) tem probabilidade de perda provável, razão pela qual foi constituída provisão contábil deste valor, a outra parte no valor de R\$ 25.452 (R\$ 21.035 em dezembro de 2022) segue com prognóstico de perda possível.

Ademais, a Companhia tem registrado o valor correspondente a honorários advocatícios de êxito em ações judiciais de R\$ 3.163 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.167 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia ainda dispõe de R\$ 1.336 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 964 em 31 de dezembro de 2022) relativos a outras causas com prognóstico provável de perda.

(ii) Contingências tributárias com perdas possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 64.263 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 49.201 em 31 de dezembro de 2022).

Desse montante, podemos destacar os seguintes processos:

Em agosto de 2018, a Companhia iniciou processo administrativo visando a homologação compensação/restituição de débitos de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 7.623 (R\$ 7.299 em 31 de dezembro de 2022).

Em dezembro de 2019, foi iniciado pela Companhia, processo administrativo requerendo a compensação de débitos próprios mediante o aproveitamento de crédito decorrente de saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, relativo ao ano-calendário de 2004, exercício de 2005. Os advogados da Companhia alteraram seu prognóstico classificando o mesmo como possível a probabilidade de perda dessa ação, que em 31 de dezembro de 2023 tem o valor atualizado de R\$ 10.816 (R\$ 10.372 em 31 de dezembro de 2022).

Em agosto de 2020, a Companhia iniciou processo administrativo, com a impugnação de um auto de infração, lavrado para exigência de multa relativa aos períodos de janeiro de 2015 a outubro de 2018, em decorrência de indicação de dados incorretos em arquivos da Escrituração Fiscal – EFD. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 6.679 (R\$ 7.623 em 31 de dezembro de 2022).

Em julho de 2023, a Companhia iniciou processo administrativo, objetivando a impugnação de um auto de infração lavrado, baseado na suposta divergência entre as informações enviadas na Escrituração Fiscal – EFD comparadas Fiscais Eletrônicas (NF-e) recebidas. Os consultores jurídicos da Companhia estimam probabilidade de perda dessa ação como possível, motivo pelo qual não houve constituição provisão, o valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 5.807.

Os demais processos classificados como possíveis atualizados em 31 de dezembro de 2023 somam R\$ 7.886 (R\$ 8.210 em 31 de dezembro de 2022).

b. Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária.

A quantidade dessas ações é demonstrada da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Ex-empregados CEG	43	43
Ex-empregados terceiros	608	720
Outros (Ministério Público, INSS)	3	15
	654	778

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	31/12/2023	31/12/2022
Ex-empregados CEG	6.543	5.508
Ex-empregados terceiros	33.173	33.245
	39.716	38.753

As reclamações trabalhistas classificadas como risco possível por parte da Companhia totalizam em 31 de dezembro de 2023 R\$ 80.786 (R\$ 99.644 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, está em busca constante de melhorias, tais como:

- (i) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (ii) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando à redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (iii) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (iv) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (v) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.
- (vi) Implantação do sistema de gestão da documentação de empresas terceiras (SERTRAS).

c. Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2023, essas causas totalizam R\$ 36.080 (R\$ 54.667 em 31 de dezembro de 2022). Não há destaque para o período comparativo, pois individualmente os processos não apresentam valores relevantes.

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 50.474 (R\$ 29.490 em 31 de dezembro de 2022) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos. Com destaque para o processo 0129467-15.2009.8.19.0001, referente a discussão acerca do valor da margem aprovado na 2ª revisão tarifária, que representa, o valor de R\$31.891 da contingência total e o processo 0192859-26.2009.8.19.0001, referente a discussão acerca majoração de tarifas homologada pela AGENERSA na 2ª revisão tarifária, que representa, o valor de R\$ 6.211 da contingência total.

d. Contingências regulatórias

As contingências regulatórias provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2023; essas causas totalizam R\$ 136 (R\$ 1.576 em 31 de dezembro de 2022).

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 4.529 (R\$ 224 em 31 de dezembro de 2022) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos. Com destaque para o processo E-33/100.459/2004 que trata de processo regulatório instaurado para apurar algumas reclamações feitas por usuários e avaliar os efeitos das obras realizadas pela Naturgy no conjunto do IAPI da Penha que representa R\$ 4.330 deste total.

22. Informações por segmento

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de Gás no Estado do Rio de Janeiro e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

A Administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (985.407 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (12.750 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shopping centers e hotéis), industrial (234 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoelétrico (2 usinas de geração de energia movidas a gás natural) e automotivo (548 postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que individualmente represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Segmentos	Margem por segmento 2023						
	Residencial	Comercial	Industrial	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes m ³ mil (Números não auditados)	113.212	57.894	403.900	882.974	-	796.481	2.254.461
Receita Bruta	1.479.013	458.251	1.537.279	2.943.927	195.264	198.929	6.812.663
Deduções	(295.436)	(93.273)	(302.184)	(489.811)	-	(29.753)	(1.210.457)
Receita Líquida	1.183.577	364.978	1.235.095	2.454.116	195.264	169.176	5.602.206
Custo	(382.516)	(168.886)	(1.071.899)	(2.174.483)	(195.264)	(12.601)	(4.005.649)
Resultado Bruto	801.061	196.092	163.196	279.633	-	156.575	1.596.557
Despesas/Receitas operacionais							(720.872)
Resultado antes da tributação							875.685
Provisão p/IR e Contribuição social							(278.742)
Lucro do Exercício							596.943

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de serviços	190.714	203.384
Receitas de serviços taxados	7.938	6.441
Receita de aluguéis	277	341
	198.929	210.166

A Administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

Segmentos	Margem por segmento 2022						
	Residencial	Comercial	Industrial	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes m ³ mil (Números não auditados)	118.921	57.760	428.871	976.677	-	1.031.970	2.614.199
Receita Bruta	1.452.925	445.824	1.722.600	3.458.552	155.379	210.166	7.445.446
Deduções	(291.331)	(90.828)	(339.736)	(553.139)	-	(36.656)	(1.311.690)
Receita Líquida	1.161.594	354.996	1.382.864	2.905.413	155.379	173.510	6.133.756
Custo	(385.952)	(182.578)	(1.204.295)	(2.792.328)	(155.379)	(15.630)	(4.736.162)
Resultado Bruto	775.642	172.418	178.569	113.085	-	157.880	1.397.594
Despesas/Receitas operacionais							(1.005.562)
Resultado antes da tributação							392.032
Provisão p/IR e Contribuição social							(118.092)
Lucro do exercício							273.940

23. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Demonstração da receita líquida

	2023	2022
Venda de gás (a)	6.418.470	7.079.901
Contratos de construção	195.264	155.379
Outras receitas (b)	198.929	210.166
Total receita bruta	6.812.663	7.445.446
(-) ICMS	(751.782)	(835.596)
(-) ISS	(6.088)	(5.501)
(-) PIS	(75.926)	(78.620)
(-) COFINS	(349.721)	(362.130)
(-) Taxa de regulação	(26.940)	(29.843)
Total de deduções	(1.210.457)	(1.311.690)
Receita líquida	5.602.206	6.133.756

(a) A variação é decorrente do menor volume de gás negociado compensado com o reajuste do custo do gás com base no IGP-M.

(b) É constituído principalmente pela receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), em que o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobras. Ademais, é registrado nesta linha receitas provenientes de partes relacionadas e demais prestações de serviços.

24. Custo do serviço

	2023	2022
Compra de gás e de serviços	(3.662.815)	(4.441.789)
Custo dos contratos de construção	(195.274)	(155.395)
Custo de pessoal	(27.916)	(23.603)
Custo de amortização do intangível	(119.644)	(115.375)
	(4.005.649)	(4.736.162)

25. Compromissos

25.1 Fornecedor de gás

Em 31 de outubro de 2023, foram celebrados 4 contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com redução de quantidade diária contratual para 4.300.000 m³/dia (01/12/2023 a 31/12/2028) e para 2.924.000 m³/dia (01/01/2029 a 31/12/2034).

Nos referidos Contratos, a CEG se compromete, a partir de 01/12/2023:

- ▶ A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do referido mês, corresponda a 90% da QDC - compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM);
- ▶ A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade do referido mês, correspondente a 100% da QDC.

25.2 Revisão tarifária (RTI)

4ª Revisão Tarifária

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/18 e em 19/11/18, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente.

Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma on-line, para julgamento do processo referente à 4ª revisão quinquenal tarifária (quinquênio 2018-2022).

Em 24/03/21 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.198/2021 com os resultados da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas da CEG. A referida Deliberação imputou à Companhia uma redução de 13,5% em sua margem tarifária com vigência a partir de 01 de abril de 2021. Posteriormente, em 29/03/21, a AGENERSA publicou a suspensão dos efeitos e prazos da referida Deliberação. Em 14/06/21, a AGENERSA publicou sua decisão por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, reestabelecendo os prazos processuais, permitindo a interposição dos Embargos Declaratórios.

Em 12/04/22 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.407, a qual nega provimento aos Embargos de Declaração interpostos pela Concessionária, tendo a Concessionária interposto Recurso Administrativo em 25/04/2022. O referido recurso encontra-se pendente de julgamento e os efeitos da Deliberação AGENERSA nº 4.198/2021 permanecem suspensos até a presente data de emissão desta demonstração financeira .

5ª Revisão Tarifária

Em 30/09/2022, como parte do processo de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), e em conformidade com o Ofício AGENERSA/SCEXEC SEI Nº698/2022, a Concessionária entregou a Proposta de Taxa de Remuneração de Capital, bem como a Base Inicial de Remuneração de Ativos.

Em 27/09/2022, através do Ofício AGENERSA/SCEXEC Nº1002, fica estabelecido que a entrega do Plano de Negócios de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), pela Concessionária, deverá ser realizado após Deliberação do Regulador sobre Taxa de Remuneração.

26. Despesas de vendas, gerais e administrativas

	2023	2022
Despesa de pessoal (a)	(73.096)	(75.895)
Serviços profissionais e contratados (b)	(115.131)	(107.386)
Amortização do intangível	(29.733)	(26.450)
Serviços e outros gastos	(55.401)	(36.457)
Provisões (reversões) líquidas contingências	8.498	(4.459)
Serviços de manutenção	(53.572)	(47.742)
Utilidades, materiais e serviços	(21.367)	(17.619)
Despesa de atividades comerciais (c)	(2.428)	(9.803)
Entidade de previdência privada	(749)	(568)
Perda (recuperação) de crédito (c)	(71.613)	(86.125)
Provisão para perdas de crédito esperada (c)	(106.572)	(97.695)
	(521.164)	(510.199)

(a) Inclui principalmente despesas com pessoal administrativo.

(b) O saldo contido na referida conta refere-se substancialmente aos serviços operacionais como cobrança, teleatendimento, entrega de fatura e leitura de medidores, comercialização e atendimento ao cliente. Adicionalmente, existem outros serviços corporativos, como serviços e licenças vinculados à tecnologia da informação e segurança.

(c) Composição das despesas com vendas da DRE. A variação apresentada refere-se, substancialmente, a constituição da PCE (perdas de crédito estimadas) reconhecida no exercício.

27. Outras receitas e despesas, líquidas

	2023	2022
Impostos e taxas (a)	(29.804)	(24.238)
Indenização a terceiros (b)	(11.813)	(36.295)
Recuperação/despesa com impostos	(137)	681
Penalidade por desvio de programação	6.170	11.022
Outras receitas operacionais	2.859	2.253
Outras despesas operacionais	(5.316)	(4.944)
	(38.041)	(51.521)

(a) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Orçamentário Temporário (FOT). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em dezembro de 2019.

(b) Refere-se, predominantemente, a Ação Ordinária (2005.51.01.017290-3) cuja baixa foi realizada em maio de 2022 no montante de R\$17.378.

28. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	41.827	22.564
Receita de juros e encargos	11.694	3.776
Atualizações monetárias	33.393	31.500
AVP – Juros de empréstimos	(2.105)	235
Outras receitas financeiras	4.151	24
	88.960	58.099
Despesas financeiras		
Juros de empréstimo	(168.654)	(171.653)
IOF	(971)	(423)
Atualizações monetárias contingências	(40.006)	(258.098)
Atualizações monetárias	(35.486)	(59.362)
Fiança bancária	(13.981)	(14.708)
Capitalização de juros de empréstimos	9.878	3.669
Outras despesas financeiras	(1.407)	(1.366)
	(250.627)	(501.941)
	(161.667)	(443.842)

29. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Vigência das apólices	Em milhares
		Importâncias seguradas
Risco operacional	29/10/2023 a 29/10/2024	646.250
Responsabilidade civil geral	29/10/2023 a 29/10/2024	775.550
Responsabilidade civil - administradores - diretores e dirigentes	29/10/2023 a 29/10/2024	94.000

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para contingências	
Veja as Notas 2.13, 3(c) e 21 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, regulatória, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações. Os processos de natureza tributária são relativos a multas aplicadas pelas autoridades fiscais competentes sobre potenciais não cumprimentos da legislação em vigor.</p> <p>O julgamento sobre a determinação do risco de perda como perda provável e a estimativa da saída de recursos para liquidar as obrigações é feito pela administração da Companhia com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.</p> <p>Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas com os valores envolvidos, assim como quanto à probabilidade de saída de recursos, oriundos das ações tributárias consideradas mais significativas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <p>(a) Obtenção de confirmações, recebidas diretamente dos especialistas jurídicos externos, que incluem avaliações sobre as probabilidades de perda e as estimativas de valores envolvidos. Comparamos essas avaliações e estimativas àquelas usadas pela Companhia.</p> <p>(b) Avaliação, com auxílio de nossos especialistas jurídicos, nos casos aplicáveis e, se necessário, dos julgamentos utilizados pela Companhia na determinação da probabilidade de perda, bem como na avaliação do mérito das causas, julgados similares e informações e atualizações publicadas recentemente relativas ao andamento dos processos e comparamos com a jurisprudência de processos semelhantes, informações históricas e pareceres preparados pelos assessores jurídicos externos da Companhia.</p> <p>(c) Avaliação da capacidade da Companhia na preparação dessas estimativas comparando uma amostra de valores pagos na resolução de causas no exercício com as provisões previamente reconhecidas; e</p> <p>(d) Avaliação se as divulgações das demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para as causas acima referidas, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Mensuração do passivo atuarial	
Veja as Notas 2.15, 3(d) e 20 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui planos de benefício pós-emprego concedidos a empregados e ex-empregados relativos a assistência médica e a plano de pensão. Os saldos decorrentes de sua mensuração são relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolvem a necessidade de considerar premissas para determinação dos valores. O passivo de benefício definido é estimado com base em premissas atuariais, tais como taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano de pensão, crescimentos salariais futuros e taxas de mortalidade.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas com as premissas utilizadas para estimar o passivo de benefício definido que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <p>(a) Avaliação, com base amostral, dos dados dos participantes utilizados na avaliação atuarial da Companhia;</p> <p>(b) Obtenção, com o auxílio dos nossos especialistas atuariais e com o objetivo de mitigar as incertezas mencionadas, do entendimento em relação às principais premissas aplicadas pela Companhia, obtidas com base em trabalho realizado por empresa especializada contratada pela Companhia. Essas premissas são por nós comparadas com aquelas usualmente praticadas no mercado e aplicadas no cálculo das obrigações;</p> <p>(c) Recálculo, com o auxílio dos nossos especialistas atuariais, dos cálculos das obrigações de benefícios a empregados realizados por empresa especializada em avaliação atuarial, contratada pela Companhia; e</p> <p>(d) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao passivo de benefício definido.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor de benefício a empregados e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- › Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- › Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- › Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- › Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- › Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Moreira Peixoto Neto

Contador CRC RJ-064887/O-8

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, emitido sem ênfases e ressalvas, com data de 22/02/2024, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos e propostas encontram-se em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 22 de fevereiro de 2024.

Felipe Kfuri Moreira da Silva

Renato Achutti

Luiz Cláudio Costa

Naturgy 

www.naturgy.com.br